



TRANSTORNOS DE APRENDIZAGEM

LEARNING DISORDERS

Igor Massena Fortuna Bravo ¹
Francisco Erenilson Pereira Lima ²
Jardeilson Gomes³
Josineide Ferreira Alves ⁴
Francisca Vilani de Souza ⁵

RESUMO

O respectivo trabalho abordou o tema Transtorno de Aprendizagem, tendo como foco central três pilares de pesquisa a origem neurológica, conhecimento prévio dos professores e o diagnóstico precoce, com isso o objetivo era demonstrar que o assunto é complexo e necessita de uma discussão ampla. Por ser um tema heterogêneo a descoberta precoce pode facilitar o tratamento, que pode ser custoso ou demorado dependendo da rede de apoio, isto esta ligado ao grande número de profissionais que podem estar conectados. O diagnóstico deve ser preconizado na primeira infância visto que com o mesmo pode-se diminuir problemas sociais e pedagógicos, mesmo que demore a sair o diagnóstico a criança que demostre algum transtorno ou dificuldade de aprendizagem deve ter seu tratamento iniciado prontamente após a primeira constatação. Para balizar o estudo foram utilizadas publicações que abordam o tema Transtorno de Aprendizagem, sua origem (genética, embrionária, social) e conhecimento prévio dos docentes, que demonstraram que as informações obtidas pela pesquisa estão dentro de um contexto amplo, mas interligados. Para abordar o conhecimento dos professores foi realizada uma pesquisa através do Google formulário, o mesmo foi aplicado nas cidades de Nova Friburgo – RJ, Trajano de Moraes – RJ, Centro Novo do Maranhão –MA, Centro do Guilherme – MA, Santa Inês – MA, Zé Doca – MA, participaram 22 docentes. Foi possível concluir que os profissionais possuíam conhecimento da lei, já trabalharam ou trabalham com alunos com TEAp e que infelizmente a grande maioria não possuía a informação decorrente da graduação e não conheciam o tema abordado, com isso fica bem explicito a necessidade da atuação dos órgãos competentes para disponibilizar uma formação continuada abrangendo o tema, pois o mesmo é um direito do profissional e dos alunos em questão. Através da pesquisa foi possível observar que os profissionais possuíam alguma dificuldade em diferenciar transtorno de aprendizagem e dificuldade de aprendizagem, não importando a categoria da instituição de ensino e o grau de informação adquirida.

Palavras-chave: Diagnóstico, Professor, Neuroanatomia, Transtorno do Aprendizado

¹ Mestrando em Ciências da Educação da World University Ecumenical – WUE – igorsirkis@msn.com

² Mestrando em Ciências da Educação da World University Ecumenical – WUE – nilsinhollima@gmail.com

³ Mestrando em Ciências da Educação da World University Ecumenical – WUE – jardeilsongomes2022@gmail.com

⁴ Mestrando em Ciências da Educação da World University Ecumenical – WUE – neide01neide02@gmail.com

⁵ Professora da Disciplina Dificuldade de Aprendizagem e Desenvolvimento Humano e Psicossocial I e II - World University Ecumenical /WUE professoravilani@gmail.com



ABSTRACT

This study addresses the topic of Learning Disorder, focusing on three main research pillars: neurological origin, teachers' prior knowledge, and early diagnosis. The objective was to demonstrate that this is a complex issue requiring broad discussion. Given its heterogeneous nature, early detection can facilitate treatment, which may be costly or time-consuming depending on the support network, as it involves multiple professionals. Diagnosis should be prioritized in early childhood, as it can help reduce social and educational problems. Even if the diagnosis takes time, children showing signs of a disorder or learning difficulty should begin treatment promptly after the first observation.

To support this study, publications discussing Learning Disorders, their origins (genetic, embryonic, social), and teachers' prior knowledge were analyzed. The findings indicated that the collected information is broad but interconnected. A survey was conducted via Google Forms to assess teachers' knowledge, applied in the cities of Nova Friburgo – RJ, Trajano de Moraes – RJ, Centro Novo do Maranhão – MA, Centro do Guilherme – MA, Santa Inês – MA, and Zé Doca – MA, with participation from 22 teachers.

The study concluded that professionals were aware of the law and had worked or currently work with students with Learning Disorders (TEAp). However, most lacked information on the topic from their undergraduate education. This highlights the need for competent authorities to provide continuous training on this subject, as it is a right of both teachers and students. The research also revealed that professionals struggled to differentiate between learning disorders and learning difficulties, regardless of the institution's category or the level of information acquired.

Keywords: Diagnosis, Teacher, Neuroanatomy, Learning Disorder

INTRODUÇÃO

O transtorno específico da aprendizagem (TEAp) está relacionado a condições neurológicas, mas que podem ser agravada por condições socioambientais, além disso é uma condição altamente hereditária, esse transtorno pode ser dividido em três áreas, a dislexia — Transtorno específico da aprendizagem com comprometimento da leitura —, discalculia — Transtorno específico da aprendizagem com comprometimento na matemática — e disortografia — Transtorno específico da aprendizagem com comprometimento na escrita. Devemos ter conhecimento que o TEAp é uma condição permanente, ao contrario da dificuldade de aprendizagem.

No Brasil a maior dificuldade do diagnóstico precoce do TEAp está relacionado ao custo, pois o mesmo depende da participação de alguns profissionais capacitados o que onera

o diagnóstico ou dificuldade para quem depende do sistema público de saúde, é bom salientar que quanto mais cedo for iniciado o acompanhamento, mais fácil fica para remediar o TEAp.

Esse trabalho tem como justificativa realizar o levantamento de profissionais da educação que conheçam a legislação vigente sobre o tema assim como identificar quais profissionais já tiveram contato com alunos com TEAp e se já possuíam informações prévias sobre o tema.

O objetivo da pesquisa é demonstrar a porcentagem de professores capacitados na temática proposta, e se é possível propor uma formação continuada para que profissionais da área da educação possam aperfeiçoar suas metodologias de ensino e a detectar precocemente alunos com TEAp, para que possa encaminhar para profissionais capacitados.

Foram adotados trabalhos publicados em revistas, sites, artigos científicos, livros assim como relatórios de instituições reconhecidas pelo trabalho fornecido na área.

Para o levantamento dos dados foi utilizado um questionário com três perguntas objetivas na qual cada participante tinha o direito a apenas uma resposta, esse questionário não possuía distinção para profissionais da rede pública ou particular, o foco era saber o conhecimento dos mesmos sobre o tema.

Essa pesquisa teve como princípio três áreas consideradas importantes, a área da neuroanatomia, conhecimento dos profissionais sobre o tema e o diagnóstico precoce.

TRANSTORNO ESPECÍFICO DE APRENDIZAGEM – ORIGEM, DIAGNÓSTICO PRECOCE E PROFESSORES

O transtorno específico de aprendizagem (TEAp) é uma condição heterogênea, a maioria dos transtornos de aprendizagem é complexa ou mista, com déficits em mais de um sistema (Sulkes, 2024).

Sulkes (2024) cita que os transtornos de aprendizagem podem ser congênitos ou adquiridos, e que nenhuma causa única foi definida, mas supõe-se que déficits neurológicos estejam envolvidos, quer outras manifestações neurológicas estejam ou não presentes (isto é, além do transtorno de aprendizagem). As influências genéticas estão frequentemente envolvidas, ainda cita que outras causas do TEAp podem estar relacionadas a doenças maternas, uso de drogas durante a gestação, complicações durante a gestação e parto e problemas neonatais.

Uma área estudada é a neuroanatomia, dando ênfase no início da formação do sistema nervoso central (SNC). Rotta (2016, p.4) diz que revisando a neurobiologia da aprendizagem, poderemos compreender melhor e identificar precocemente os desvios da normalidade envolvidos no ato de aprender. Riesgo (2016, p.17) cita que o preguçamento dos hemisférios cerebrais, torna-se bem mais intenso no final da gestação, em torno do oitavo mês, ainda segundo Riesgo (2016, p.18), os hemisférios estão envolvidos naqueles aprendizados considerados mais elaborados (alguns aspectos da linguagem, da matemática, da leitura e escrita), isso vem a corroborar com Grant; Siegel; D’Angiulli, 2020; Carroll et al., 2024; Sanfilippo et al., 2020 (apud Navas e Cibito 2024) que cita o giro frontal inferior e a região parietotemporal como regiões que são significativamente menos ativadas e funcionam de forma ineficiente em leitores com dislexia. Rotta (2016, p 5) diz que os aspectos anatômicos ou estruturais do SNC envolvidos na aprendizagem são importantes para o entendimento do ato de aprender, tanto para o entendimento do ato de aprendizagem, tanto em condições normais quanto patológicos.

O TEAp pode ter ligações com outros transtornos como o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), quando isso ocorre recebe o nome de comorbidade, Navas e Cibito (2024) citam que a conexão entre o TDAH e o TEAp pode variar entre 20 à 40% dos casos (Gaab; Reilly; Tridas, 2023; Holanda; Correa; Mousinho, 2020).

Quando falamos em sistema nervoso central sabemos que o uso de drogas lícitas ou ilícitas podem afetar a formação do mesmo, Campelo et.al (2018) demonstra que estudos avaliaram as consequências do uso de drogas pela mãe sobre o desenvolvimento cognitivo, motor e psicossocial das crianças, revelando a sua associação com problemas acadêmicos, e diagnósticos mais frequentes de TDAH, podemos complementar com Papalia et.al (2013) que separa o desenvolvimento humano em faixas etárias e que no período Pré-natal (da concepção ao nascimento) é o período que ocorre o desenvolvimento cognitivo que é composto por aprendizagem, atenção, memória, linguagem, pensamento, raciocínio e criatividade.

Fazendo a ligação entre o uso de drogas e transtornos na aprendizagem Papalia (2013) cita autores que fazem a correlação entre o uso de drogas e suas consequências na formação neurológicas do feto e possíveis consequências como o déficit de atenção, hiperatividade, distúrbios de aprendizagem, déficit de memória.

Saindo da área neurológica, e aprofundando no diagnóstico precoce, Araújo et al (2013) cita que em torno de 15% a 20% das crianças apresentam dificuldade

de aprendizado no primeiro ano de escolaridade, chegando até 30% a 50% nos primeiros seis anos, com prevalência do sexo masculino. Ainda segundo a autora deve ser adotada uma tríade envolvendo a criança, família e o corpo escolar, além de considerar a existência de patologias orgânicas e psicológicas na origem do quadro. Para o TEAp a autora cita que o tratamento inclui técnicas diferenciadas de ensino, acompanhamento psicológico e fonoaudiológico e, em algumas situações, tratamentos específicos de comorbidades que pioram o desempenho da criança (transtornos de humor, doenças auditivas, distúrbios obstrutivos do sono etc.). Corroborando com essas indicações Rotta (2016 p.7) diz que a equipe multi e interdisciplinar só tem sucesso quando age de forma integrada com a família e com a escola.

Rotta (2016, p.6) recomenda o acompanhamento de recém-nascido a termo como em pré-maturos em situação de risco até o período escolar, pois com isso é possível realizar o atendimento precocemente em qualquer falha de aprendizagem.

Souza (2023) salienta que o diagnóstico tardio para um déficit na aprendizagem pode provocar impedimentos importantes na vida acadêmica do aluno, podendo inclusive desencadear problemas emocionais e comportamentais, para o tratamento a autora salienta que essas pessoas precisam de metodologias de ensino apropriados, pois esses déficits podem prejudicar o funcionamento acadêmico e/ou ocupacional, pessoal e social. Assim como Araújo et.al (2013) Souza indica o acompanhamento psicopedagógico, além de um feedback da avaliação com os seus familiares e, se houver necessidade aplicar novas técnicas de ensino podendo incluir acompanhamento psicológico e/ou fonoaudiológico.

Para realizar a inclusão da criança em um quadro de transtorno de aprendizado Brites cita O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais 5.^a edição ou DSM-5 que possui os diagnósticos divididos em 4 grandes critérios (A, B, C e D).

O critério A - a pessoa tem que possuir pelo menos um dos 6 sintomas, sendo eles:

1. Leitura de palavras de forma imprecisa ou lenta e com esforço;
2. Dificuldade para compreender o sentido do que é lido;
3. Dificuldades para escrever ortograficamente;
4. Dificuldades com a expressão escrita.
5. Dificuldades para dominar o senso numérico, fatos numéricos ou cálculos.
6. Dificuldades no raciocínio.

Para o critério B - As habilidades acadêmicas afetadas estão substancial e quantitativamente abaixo do esperado para a idade cronológica do indivíduo.

Critério C - As dificuldades de aprendizagem iniciam-se durante os anos escolares, mas podem não se manifestar completamente até que as exigências pelas habilidades acadêmicas afetadas excedam as capacidades limitadas do indivíduo.

Critério D - As dificuldades de aprendizagem são significativas, mas não podem ser explicadas por:

1. Deficiência intelectual;
2. Problemas de acuidade visual ou auditiva;
3. Outros transtornos mentais ou neurológicos;
4. Adversidade psicossociais;
5. Falta de proficiência na língua de instrução acadêmica;
6. Instrução educacional inadequada.

Ainda segundo a autora é fundamental uma avaliação interdisciplinar para fechar o diagnóstico, pois fornece uma demonstração das habilidades que estão mais deficitárias no indivíduo. Por ser um processo oneroso Navas e Cibito (2024) citam Snowling e Hulme (2024), a intervenção não deve ser prestada apenas àqueles que preenchem os critérios diagnósticos de dislexia, mas também a todos que apresentam dificuldades de leitura, mesmo que sem um diagnóstico.

Oliveira (2020) diz que o primeiro passo para desmitificar o tema é proporcionar uma formação adequada aos professores, preparando-os para atender uma turma heterogênea e salientar aos mesmos a diferença entre transtornos, distúrbios e dificuldades de aprendizagem essa informação vem ao encontro com Garcia (2022) que em sua pesquisa constatou que os profissionais compreendiam os transtornos e as dificuldades de aprendizagem como sinônimos. Oliveira (2020) adiciona que a formação de professores ainda não tem oferecido condições para que estes profissionais da educação possam perceber e observar se o quadro se trata de Dificuldades de Aprendizagem ou Transtornos/ Distúrbios de Aprendizagem.

Em seu trabalho Gonçalves e Crenitte (2014) realizaram um estudo sobre o conhecimento dos professores sobre a diferença entre Dificuldades Escolares, Distúrbios de Aprendizagem e Dislexia, os mesmos realizaram essa pesquisa em escolas particulares e públicas e constataram que nas escolas particulares 100% dos profissionais entrevistados

acreditavam que há diferença entre os transtornos, enquanto 70% dos professores das escolas públicas relataram haver diferença sendo esta uma diferença estatisticamente significativa. Ao comparar os professores com e sem conhecimento prévio sobre o assunto, esta diferença não foi estatisticamente significativa.

Avaliando por assunto, Gonçalves e Crenitte (2014) demonstraram que a definição de Distúrbios de Aprendizagem foi assertiva para 82% para professores de escola particular contra 30% para professores de escola pública, no que se refere a transtorno, houve um baixo nível de acerto entre escolas públicas e particulares com assertivas de 15% e 0% respectivamente, as assertivas para a definição de dislexia entre escola particular e pública foram de 100% e 75% respectivamente.

METODOLOGIA

Para a realização dessa pesquisa, foi gerado um formulário no Google formulário, no qual foi distribuído via *WhatsApp* para professores da rede pública e particular nas Cidades de Nova Friburgo – RJ, Trajano de Moraes – RJ, Centro Novo do Maranhão –MA, Centro do Guilherme – MA, Santa Inês – MA, Zé Doca – MA, participaram 22 docentes, sem distinção dos mesmos, pois o foco da pesquisa era saber quantos profissionais estavam cientes do tema central da pesquisa.

Os profissionais que participaram da pesquisa são profissionais da educação Infantil, ensino Fundamental I, Fundamental II e Médio, sendo que todos já possuem no mínimo cinco anos de magistério em suas disciplinas.

O tipo de pesquisa adotada foi à quantitativa — Traduz em números as informações para serem analisadas e classificadas; utiliza-se de técnicas estatísticas no estudo proposto — (THOMÁZ).

Foram disponibilizadas três perguntas objetivas na qual os profissionais só poderiam selecionar uma e após o envio das mesmas não era mais possível responder ou alterar sua resposta, fazendo com que a pesquisa fosse a mais fidedigna possível.

As perguntas respondidas pelos profissionais foram:

- Você possui conhecimento sobre a Lei nº 14.254/21?;
- Você têm, teve ou nunca teve alunos com TEAp?;
- Você possui alguma formação específica sobre TEAp?.

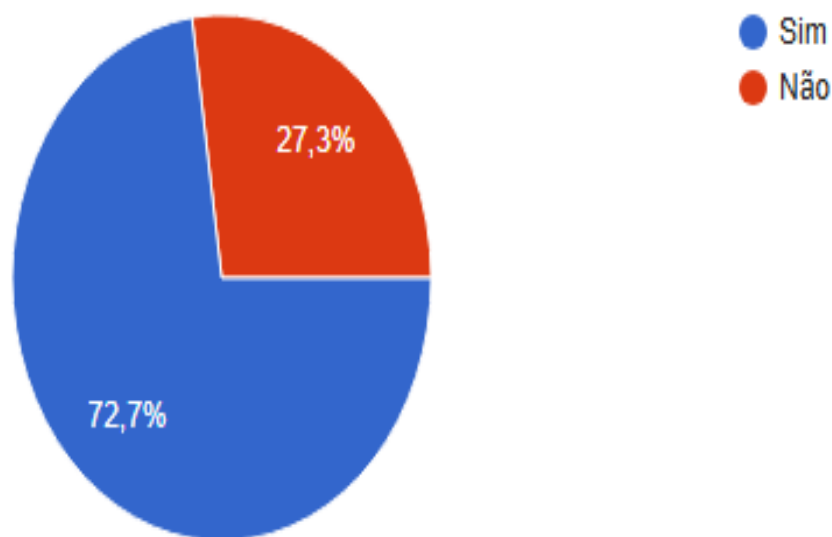
Essa entrevista contou com a participação de 22 profissionais.

Com as respostas coletadas pelo Google formulários, o mesmo nos da um gráfico com as informações necessárias para realizar a interpretação e chegar às conclusões necessárias.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir dos dados levantados pela pesquisa foi possível verificar uma boa porcentagem (72,7%) de professores que possuem conhecimento sobre a lei N° 14.254/21, conforme apresentado no gráfico 1 abaixo, esse resultado corrobora com os dados do instituto ABCD (2024) isso é muito importante, pois são profissionais do magistério os primeiros profissionais que terão contato com alunos com TEAp, indicando com isso o acompanhamento integral aos educandos com TEAp.

Gráfico 1: Porcentagem de profissionais que conhecem a lei N° 14.254/21



Fonte: Autores

Para referendar essa informação Garcia Paes (2008) cita que em 1988 quem encaminhava com mais frequência alunos com problemas de aprendizagem eram professoras, orientadoras educacionais e médicos, no período de 1989 a 1995, quem mais encaminhava eram as professoras e as orientadoras educacionais, no período de 1996 a 2000, quem mais encaminhou foram professoras, supervisoras, orientadoras educacionais e coordenadoras pedagógicas, e por fim no período de 2001 a 2005, essa ocorrência continua demonstrando a grande importância de profissionais capacitados.

Os profissionais que não conhecem a lei que são aproximadamente 27% precisam buscar as secretarias de educação e órgãos competentes a fim de aprofundar-se sobre a devida lei e de iniciarem uma formação continuada, que é defendida pela própria lei (Art. 5º), visto que esses profissionais são os primeiros responsáveis pela indicação do acompanhamento integral dos educandos.

O que diz a Lei N° 14.254/21:

Art. 1º O poder público deve desenvolver e manter programa de acompanhamento integral para educandos com dislexia, Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem.

Parágrafo único. O acompanhamento integral previsto no caput deste artigo compreende a identificação precoce do transtorno, o encaminhamento do educando para diagnóstico, o apoio educacional na rede de ensino, bem como o apoio terapêutico especializado na rede de saúde.

Art. 2º As escolas da educação básica das redes pública e privada, com o apoio da família e dos serviços de saúde existentes, devem garantir o cuidado e a proteção ao educando com dislexia, TDAH ou outro transtorno de aprendizagem, com vistas ao seu pleno desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, com auxílio das redes de proteção social existentes no território, de natureza governamental ou não governamental.

Art. 3º Educandos com dislexia, TDAH ou outro transtorno de aprendizagem que apresentam alterações no desenvolvimento da leitura e da escrita, ou instabilidade na atenção, que repercutam na aprendizagem devem ter assegurado o acompanhamento específico direcionado à sua dificuldade, da forma mais precoce possível, pelos seus educadores no âmbito da escola na qual estão matriculados e podem contar com apoio e orientação da área de saúde, de assistência social e de outras políticas públicas existentes no território.

Art. 4º Necessidades específicas no desenvolvimento do educando serão atendidas pelos profissionais da rede de ensino em parceria com profissionais da rede de saúde.

Parágrafo único. Caso seja verificada a necessidade de intervenção terapêutica, esta deverá ser realizada em serviço de saúde em que seja possível a avaliação diagnóstica, com metas de acompanhamento por equipe multidisciplinar composta por profissionais necessários ao desempenho dessa abordagem.

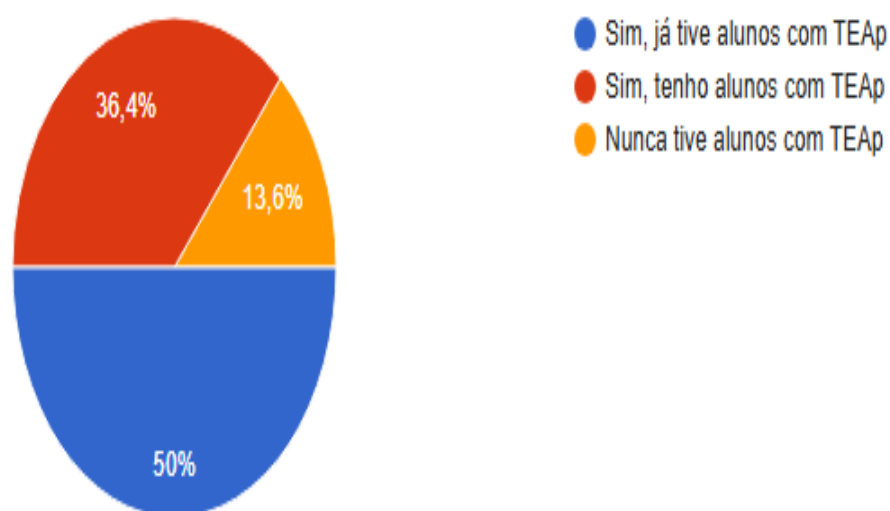
Art. 5º No âmbito do programa estabelecido no art. 1º desta Lei, os sistemas de ensino devem garantir aos professores da educação básica amplo acesso à informação, inclusive quanto aos encaminhamentos possíveis para atendimento multissetorial, e formação continuada para capacitá-los à identificação precoce dos sinais relacionados aos transtornos de aprendizagem ou ao TDAH, bem como para o atendimento educacional escolar dos educandos.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Analisando o Gráfico 2 abaixo foi possível observar que dos entrevistados 50% dos profissionais já tiveram discentes com algum transtorno específico de aprendizagem (TEAp), e que aproximadamente 36% possuem alunos com TEAp, esses resultados são corroborados pela pesquisa do Instituto ABCD (2024) que aponta que aproximadamente 88% dos profissionais que responderam à sua pesquisa já tiveram ou tem um aluno com TEAp.

Esses dados nos mostram que é de grande necessidade profissionais cada vez mais capacitados para lecionar nos institutos de ensino em todo o Brasil. Para Santiago (2016) a influência exercida por este profissional extrapola a simples observação ou passividade, até mesmo ultrapassa o campo da transferência do conhecimento puro e simples e perpassa por uma empatia humana, uma necessidade de aproximação com a criança, além de ser um agente inclusivo que abre a sociedade e a escola às crianças com distúrbios de aprendizagem.

Gráfico 2: Porcentagem de profissionais que têm, teve ou nunca tiveram alunos com TEAp

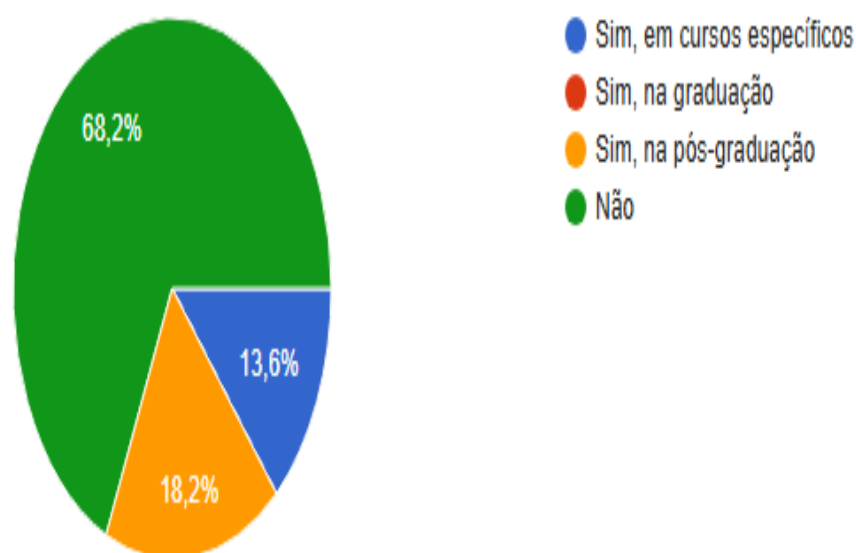


Fonte: Autores

Fazendo os levantamentos de professores que tinham estudado sobre o TEAp ficou demonstrado pelo gráfico 3 abaixo que dos entrevistados aproximadamente 14% receberam informações sobre o tema em cursos específicos, aproximadamente 18% na pós-graduação o que vai ao encontro do que foi encontrado por Navas e Ciboto (2024 pg. 44), porém divergido dos mesmos autores, nessa pesquisa foi constatado que aproximadamente 68% dos profissionais não tiveram nenhuma informação sobre TEAp, o que é alarmante principalmente se formos olhar que dos 22 entrevistados nenhum estudou o assunto na graduação, que a principio deveria ser a base do conhecimento do magistério, esse resultado corrobora o que foi analisado por Lopes et.al (2012) na qual encontrou que 60% dos professores, ao longo de sua formação, não receberam informação a respeito da atuação do fonoaudiólogo na escola e com Garcia et. al (2022) que conseguiu relatos de profissionais alegando que não receberam previamente essas informações.

Assunção (2018) corrobora com essa informação quando conclui que — a formação do professor licenciado não sustenta uma base fundada na psicologia, embora muitas vezes o professor se depare com questões de cunho psicológico, com isso o professor necessita utilizar das suas competências para tornar as aulas mais próximas do universo do aluno.

Gráfico 3: Porcentagem de profissionais que possuem alguma formação específica sobre TEAp.



Fonte: Autores

Vale salientar que quanto maior o nível de escolaridade (Graduação, Pós-graduação ou cursos específicos) e maior o tempo de docência, mais fácil fica para o profissional da área diagnosticar pessoas com algum tipo de transtorno do aprendizado, em sua pesquisa Tabaquim et.al (2016), demonstra que nos profissionais envolvidos 37% possuíam especialização como nível de formação mais elevado e em média aproximadamente 12 anos em atividade.

Apesar de observarmos uma grande defasagem sobre o assunto na pesquisa, Gonçalves e Crenitte (2014) relatam que independente do tipo de escola ou conhecimento prévio do assunto, ocorre uma carência de informações entre os professores, referentes às definições, manifestações e principalmente em relação às causas das Dificuldades Escolares e dos Transtornos de Aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O transtorno de aprendizagem é algo heterogêneo e que deve ser acompanhado por uma equipe multidisciplinar, sendo necessário realizar um levantamento parental antes de chegar a qualquer conclusão, visto que vários fatores podem dar o “*start*” nesse transtorno.

Por ser um tema complexo, o seu diagnóstico acaba sendo custoso para os envolvidos, ou até mesmo demorado se os mesmos dependerem do sistema público de saúde.

A descoberta precoce facilita o desenvolvimento acadêmico dos pacientes, visto que os mesmos terão um acompanhamento psicopedagógico apropriado e uma estrutura escolar mais adaptada as suas necessidades, visto que a lei N° 14.254/21 diz que alunos com TEAp devem ter um acompanhamento integral e que as escolas são as responsáveis pelo acompanhamento e apoio educacional.

Profissionais que não adquiriram previamente informações sobre o TEAp devem exigir aos órgãos competentes condições de terem uma formação continuada para capacitá-los para a identificação precoce e para o atendimento educacional (art. 5°).

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Tais Figueiredo de; LIMA, Thiago de Oliveira; D'OTTAVIANO, Fabiana Gonzalez. **Transtornos de aprendizagem na infância: uma revisão de literatura.** Biblioteca Virtual em Saúde. Abril 2013. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-691702#> -. Acesso 12/02/2025.

ASSUNÇÃO, Gabriele Silva. **A dislexia e os desafios no processo de aprendizagem da língua portuguesa.** Santo Antônio de Jesus – Bahia. 2018.

BRASIL, Diário Oficial da União. Publicado em 01/12/2021 |Edição: 225|Seção: 1|Página: 5. Órgão: Atos do Poder Legislativo. Lei N° 14.254, de 30 de Novembro de 2021. **Dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Deficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem.** Disponível: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.254-de-30-de-novembro-de-2021-363377461> - Acesso: 12/02/2025.

BRITES, Luciana. **Protocolo de Avaliação de Transtornos de Aprendizagem** – NeuroSabe. CAMPELO, L. L. C. R.; SANTOS, R. C. A.; ANGELO, M.; NÓBREGA, M. P. S. S. **Efeitos do consumo de drogas parental no desenvolvimento e saúde mental da criança: revisão integrativa.** SMAD, Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog. 2018 Out. – Dez. Disponível em: <https://revistas.usp.br/smad/article/view/161463/155413>. Acesso 12/02/2025.

GARCIA, Carolaine de Santana. **Transtornos e Dificuldades de Aprendizagem no Contexto Escolar: Um Olhar sobre a Prática Pedagógica** / Caroline de Santana Garcia – Presidente Prudente, 2022, 101 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente/SP.

GARCIA PAES, Michele Fabiane A. S.; SCICCHITANO, Rosa Maria Junqueira. **20 anos depois: uma pesquisa sobre problemas de aprendizagem na atualidade.** **Rev. psicopedag.** São Paulo, v. 25, n. 77, p. 146-157, 2008. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862008000200007&lng=pt&nrm=iso. Acesso: 15/02/2025.

GONÇALVES, Thaís dos Santos; CRENITTE, Patrícia Abreu Pinheiro. **Concepções de professoras de ensino fundamental sobre os transtornos de aprendizagem.** **Rev. CEFAC** 16 (3) • may-jun 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0216201427312/>

<https://www.scielo.br/j/rcefac/a/5FdQnK3JQrQLZwQC3ftDYPg/abstract/?lang=pt>. Acesso: 13/02/2025.

HOSPITAL PEQUENO PRÍNCIPE. **Transtornos de aprendizagem**. Disponível em: <https://pequenoprincipe.org.br/guia-de-doencas/transtornos-de-aprendizagem/>. Acesso 11/02/2025.

INSTITUTO ABCD. **Dislexia - Perfil no Brasil: Visão dos Educadores**. Projeto CUIDAR UFPB – Coordenadora: Profa. Carla Minervino e Profa. Isabelle Cahino. Disponível em https://www.instagram.com/cuidar.extensao/p/DBe46RQJRsv/?hl=es&img_index=1. Acesso: 12/02/2025.

INSTITUTO ABCD. **Transtorno Específico da Aprendizagem**. Disponível em: <https://institutoabcd.org.br/transtorno-da-aprendizagem/>. Acesso 11/02/2025.

LOPES, Raquel Caroline Ferreira; CRENITTE, Patricia Abreu Pinheiro; Universidade Estadual de Campinas, Laboratório de Pesquisa em Distúrbio de Aprendizagem e Déficit de Atenção. São Paulo, Brazil.

NAVAS, Ana Luiza; CIBOTO, Taís. **Atualização do perfil do transtorno específico de aprendizagem no Brasil: Mudanças a partir da aprovação da Lei nº 14.254/2**. Publicação 2024.

OLIVEIRA, Patrícia de; Zutião, Patricia; Mahl, Eliane Transtorno, distúrbios e dificuldades de aprendizagem: Como atender na sala de aula comum. In: Magno, Alexon Bezerra Seabra (org). **Distúrbios e transtornos de aprendizagem: aspectos teóricos, metodológicos e educacionais** [recurso eletrônico] – 1.ed. – Curitiba, PR: Bagai, 2020. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/584716/2/Editora%20BAGAI%20-%20Dist%C3%BArbios%20e%20Transtornos%20de%20Aprendizagem.pdf>.

PAPALIA, Diane E. **Desenvolvimento humano** [recurso eletrônico] / Diane E. Papalia, Ruth Duskin Feldman, com Gabriela Martorell ; tradução : Carla Filomena Marques Pinto Vercesi... [et al.] ; [revisão técnica: Maria Cecília de Vilhena Moraes Silva... et al.]. – 12. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre : AMGH, 2013.

RIESGO, Rudimar dos Santos. **Anatomia da aprendizagem**. In: Newra Tellechea Rotta, Lygia Ohlweiler, Rudimar dos Santos Riesgo. **Transtornos da aprendizagem: abordagem**

neurobiológica e Multidisciplinar [recurso eletrônico] / Organizadores, Newra Tellechea Rotta, Lygia Ohlweiler, Rudimar dos Santos Riesgo – 2. ed. – Porto Alegre : Artmed, 2016.

ROTTA, Newra Tellechea, **Introdução**. In: Newra Tellechea Rotta, Lygia Ohlweiler, Rudimar dos Santos Riesgo. **Transtornos da aprendizagem: abordagem neurobiológica e Multidisciplinar** [recurso eletrônico] / Organizadores, Newra Tellechea Rotta, Lygia Ohlweiler, Rudimar dos Santos Riesgo – 2. ed. – Porto Alegre : Artmed, 2016.

SANTIAGO, I. B.; OMODEI, J. D. v. 10, nº 1, p. 33-51, JAN-JUL, 2016. Revista Eletrônica “Diálogos Acadêmicos” (ISSN: 0486-6266)

SOUZA, Juliana Porto de. **Transtornos de aprendizagem: Da teoria à prática**. 2023 – Colégio Técnico Industrial / Universidade Federal de Santa Maria.

SULKES, Stephen Brian. **Visão geral dos transtornos de aprendizagem**. Disponível em: <https://www.msmanuals.com/pt/profissional/pediatria/dist%C3%BArbios-de-aprendizagem-e-desenvolvimento/vis%C3%A3o-geral-dos-transtornos-de-aprendizagem>. Acesso 13/02/2025.

TABAQUIM, Maria de Lourdes Merighi; DAURUIZ, Silvani; PRUDENCIATTI, Shaday M.; NIQUERITO, Ana Vera. **Concepção de professores do ensino fundamental sobre a dislexia do desenvolvimento**. Rev. Bras. Estud. Pedagog. 97 (245) • jan-apr 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S2176-6681/368214020>. Acesso 15/02/2025.

THOMÁZ, André de Faria; BARBOSA, Thalyta Mabel Nobre. **Pensamento Científico**. Unidade 3 - Projetos de pesquisa. Word University Ecumenical *e-book*.